



RELATÓRIO E CONTAS

1º Semestre de 2025

**Montepio Multi Gestão
Prudente**

**Fundo de Investimento
Mobiliário Aberto**

Fundo

Montepio Multi Gestão Prudente - Fundo de Investimento Mobiliário Aberto

Sociedade Gestora

Montepio Gestão de Activos - Sociedade Gestora de Organismos de Investimento Coletivo, S.A.

Capital Social 2.857.155 €

Nº Único de Matrícula de Pessoa Coletiva 502608722

Rua do Carmo, nº 42, 7º andar, sala D, 1200-094 Lisboa

geral@montepiogestaoactivos.pt

www.montepiogestaoactivos.pt

Índice

1. RELATÓRIO DE GESTÃO

Enquadramento macroeconómico

Evolução da atividade

 Objetivo e Política de Investimento

 Rendibilidade e Risco

 Ativos sob Gestão e Unidades de Participação

 Comissões suportadas pelos Participantes do Fundo

 Proveitos, Custos e Resultado Líquido do Fundo

2. DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

3. DIVULGAÇÕES ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

4. RELATÓRIO DE AUDITORIA

1. RELATÓRIO DE GESTÃO

Enquadramento macroeconómico

Economia

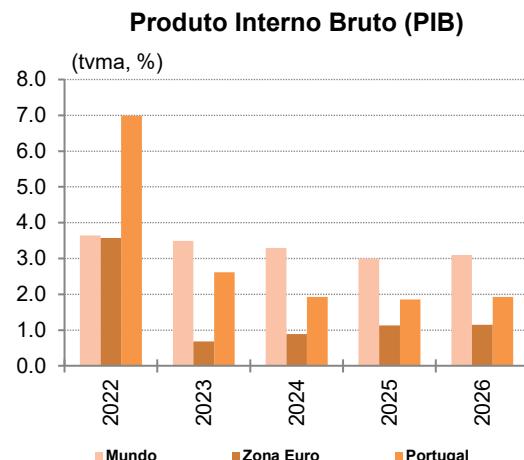
Economia Mundial

O primeiro semestre deste ano foi marcado pelo deflagrar da guerra comercial global espoletada pelo Presidente dos EUA, que veio, numa primeira fase (designadamente após o anúncio, em 2 de abril, das tarifas recíprocas que pretendia implementar), provocar uma redução das perspetivas de crescimento global e o agravamento das expectativas de inflação (designadamente nos EUA), mas que, à medida que foram sendo anunciados acordos comerciais envolvendo tarifas menos elevadas, começaram a tornar-se menos desfavoráveis, com as economias a acabarem, durante a primeira metade do ano, por revelar uma resiliência da atividade superior à anteriormente antecipada.

Assim, na atualização do World Economic Outlook (WEO), em 29 de julho, o Fundo Monetário Internacional (FMI) reviu em alta as suas previsões de crescimento global face às anteriores previsões de abril, de 2,8% para 3,0% em 2025, e de 3,0% para 3,1% em 2026, valores que ficam, no entanto, abaixo dos 3,3% registados em 2024 e da média histórica pré-pandémica de 3,7%.

O FMI referiu que a melhoria das perspetivas refletiu, essencialmente, o contexto de tarifas aduaneiras mais baixas do que o anteriormente antecipado, bem como condições financeiras das famílias e empresas mais sólidas, tendo, igualmente, o contributo do impacto favorável da depreciação do dólar sobre as economias emergentes. Contudo, o FMI deixou o alerta para o contexto de incerteza persistente, com as tarifas comerciais e as tensões geopolíticas a continuarem a pairar como os principais riscos sobre as perspetivas macroeconómicas.

Uma das regiões do globo mais beneficiadas pela revisão em alta das previsões do FMI foi a Zona Euro, com o Fundo a rever em alta (+ 0,2 p.p.) a previsão de crescimento do PIB em 2025, para 1,0% (+0,9% em 2024), mantendo a previsão de crescimento de 1,2% para 2026. Todavia, esta revisão em alta do crescimento da região para este ano reflete, essencialmente, um aumento historicamente elevado nas exportações farmacêuticas irlandesas para os EUA resultante do front-loading e da abertura de novas instalações de produção.



Para os EUA, o FMI passou a antecipar um crescimento de 1,9% do PIB (+2,8% em 2024), mais 0,1 p.p. que o previsto em abril, enquanto para 2026 passou a projetar uma expansão de 2,0%, mais 0,3 p.p. face às anteriores previsões.

A economia chinesa foi a que mais contribuiu para a revisão das previsões de crescimento do FMI, passando a antecipar um crescimento do PIB da China de 4,8% para 2025 (+5,0% em 2024), um valor 0,8 p.p. acima das previsões de abril, justificando essa forte revisão em alta com o crescimento no primeiro trimestre bem acima do esperado. Já para 2026, o FMI reviu em alta o crescimento em 0,2 p.p., para 4,2%.

Para a Índia, o FMI prevê agora um crescimento de 6,4% em 2025 e também de 6,4% em 2026 (revisto em alta em +0,2 p.p. e +0,1 p.p., respectivamente), prevendo para a Rússia expansões de 0,9% em 2025 (revisto em baixa, em -0,6 p.p.) e 1,0% em 2026 (revisto em alta em +0,1 p.p.) e, para o Brasil, de 2,3% em 2025 e 2,1% em 2026 (revisões de +0,3 p.p. para este ano e de +0,1 p.p. para o próximo).

Relativamente à inflação mundial, o FMI prevê que mantenha a trajetória descendente, prevendo uma inflação global em queda para 4,2% em 2025 (+5,6% em 2024), representando uma revisão em baixa de 0,1 p.p. face às anteriores previsões, não tendo alterado a projeção de 3,6% para 2026. Porém, realça que o panorama esconde diferenças significativas entre países, com previsões que apontam para que a inflação permaneça acima da meta nos EUA e seja mais moderada noutras grandes economias.

O FMI alerta que as novas tarifas comerciais, agindo como um choque de oferta, deverão transmitir-se aos preços nos consumidores americanos gradualmente e atingir a inflação na segunda metade de 2025. Por outro lado, noutras economias, as tarifas constituem um choque de procura negativo, baixando as pressões inflacionistas.

Economia da Zona Euro

A atividade económica na região arrancou 2025 com um crescimento em cadeia de 0,6% no primeiro trimestre (+0,3% no quarto trimestre de 2024), surpreendendo pela positiva o mercado e refletindo, em particular, o forte desempenho da economia irlandesa (cresceu +7,4% em cadeia), cujas exportações líquidas terão beneficiado bastante do efeito de antecipação das tarifas aduaneiras das exportações para os EUA que eram previstas ser severamente agravadas no início do segundo trimestre. Neste sentido, o segundo trimestre do ano acabou por ficar marcado por algum efeito de correção, com a economia da região a subir 0,1% em cadeia (a Irlanda recuou 1,0%), perspetivando-se *grosso modo* uma estabilização no 3.º trimestre (é expectável que a Irlanda continue a corrigir) e depois um regresso aos crescimentos da atividade no último trimestre do ano, mas a um ritmo modesto, refletindo o atual contexto global bastante adverso (v.g., guerra comercial e conflitos militares em curso).

Após alguma aceleração da economia da região no conjunto do ano de 2024, para um crescimento de 0,9% (+0,7% em 2023), beneficiando de algum alívio do contexto de elevada inflação e de elevadas taxas de juro que tinham condicionado bastante a atividade no ano

precedente, perspetiva-se uma nova ligeira aceleração da economia em 2025, mas para um crescimento ainda reduzido, de apenas 1,1%, um cenário que é marginalmente mais favorável que as mais recentes projeções do FMI (+1,0%, em 29 de julho), da OCDE (+1,0%, em 3 de junho), estando também ligeiramente acima do projetado pela Comissão Europeia (+0,9%, em 19 de maio) e o BCE (+0,9%, em 5 de junho).

Ao longo do 1.º semestre deste ano, assistiu-se a uma continuação da tendência de queda da inflação iniciada no final de 2022, com o indicador homólogo a fechar o semestre nos 2,0%, em linha com o objetivo de inflação de médio prazo do BCE e abaixo do observado no final de 2024 (+2,4%), estando já bastante aquém do pico máximo de 10,6% verificado em outubro de 2022. Em termos médios anuais, a inflação desceu em 2024 de 5,4% para 2,4%, devendo prosseguir ao longo deste ano a trajetória descendente – não obstante os riscos ascendentes provocados pelo recente agravamento da situação no Médio Oriente e pela guerra comercial em curso –, prevendo-se uma inflação média anual em torno de 2,1% em 2025.

Face ao contexto de manutenção da tendência descendente da inflação (geral e subjacente), o BCE deu, como esperado, início ao ciclo de descidas das suas taxas de juro diretoras em junho de 2024, tendo ao longo do primeiro semestre deste ano dado continuidade a esse ciclo, com mais quatro cortes de taxas nas reuniões de janeiro, março, abril e junho, com a taxa de juro aplicável às operações principais de refinanciamento (*refi rate*) e a taxa de depósitos (*deposit facility rate*) a fecharem o semestre em 2,15% e 2,00%, respetivamente, após terem encerrado o ano de 2024 em 3,15% e 3,00%.

Economia Portuguesa

A economia portuguesa arrancou o ano de 2025 com uma descida em cadeia do PIB de 0,4% no primeiro trimestre, contrariando as indicações que tinham sido dadas pela generalidade dos dados mensais de atividade e que terá representado, essencialmente, um efeito de correção face ao intenso crescimento observado no último trimestre de 2024 (+1,4%). A economia regressou, como esperado, aos crescimentos no segundo trimestre, ao expandir 0,6%, devendo também apresentar ao longo na segunda metade do ano crescimentos médios trimestrais em torno de 0,6%.

Em termos médios anuais, perspetiva-se uma manutenção do crescimento em 2025, com o PIB a dever avançar em torno de 1,9%, depois de já ter crescido 1,9% em 2024, em abrandamento face à expansão de 2,6% em 2023 e 7,0% em 2022, este último o ritmo mais elevado desde 1987 (após a expansão de 5,6% em 2021 e a diminuição histórica de 8,2% em 2020, na sequência dos efeitos adversos da pandemia Covid-19). A economia portuguesa deverá, assim, continuar a expandir mais do que a Zona Euro, com estas perspetivas de crescimento para o ano em curso a encontrarem-se em linha com as mais recentes previsões da OCDE (+1,9% em junho), estando acima das projeções do Banco de Portugal (+1,6% em junho) e da Comissão Europeia (+1,8%, em maio) e abaixo das do Governo (+2,4%, em abril) e do FMI (+2,0%, em abril).

Ao nível dos preços, assistiu-se, ao longo do primeiro semestre, a um abrandamento da taxa de inflação (medida pela variação homóloga do IHPC), dos 3,1% observados em dezembro de 2024 para 2,1% em junho deste ano, ficando já próxima do objetivo de inflação de médio prazo do BCE (em março e maio ficou inclusivamente abaixo), estando já bastante aquém do pico máximo de 10,6% registado em outubro de 2022. Depois da descida da inflação em 2024, dos 5,3% observados em 2023 para 2,7%, perspetivamos uma nova redução este ano – não obstante os riscos ascendentes provocados pelo conflito militar no Médio Oriente e pela guerra comercial em curso –, para uma inflação média anual em torno de 2,0% em 2025.

No mercado laboral, segundo as estimativas mensais do Instituto Nacional de Estatística (INE), observou-se uma ligeira tendência de descida da taxa de desemprego ao longo do primeiro semestre, passando dos 6,5% com que havia terminado o ano de 2024 para 6,0% em junho. Em termos anuais, perspetivamos uma taxa de desemprego de 6,3%, ligeiramente abaixo dos 6,4% observados em 2024 (6,5% em 2023).

Após a redução do excedente orçamental em 2024, de 1,2% do PIB em 2023, para 0,7%, espera-se uma nova descida este ano, que tem vindo a ser corroborado pelos dados da execução orçamental disponibilizados ao longo do primeiro semestre, com o saldo orçamental em 2025 a dever ficar em torno do valor de 0,3% previsto pelo Governo no Orçamento de Estado para 2025 (e reiterado em abril no Relatório Anual de Progresso 2025, entregue à Comissão Europeia). Por sua vez, o rácio de dívida pública sobre o PIB deverá manter ao longo deste ano a trajetória descendente iniciada em 2021.

A taxa de poupança dos particulares deverá descer em 2025, para um valor em torno de 11,7%, depois dos 12,5% registados em 2024, dos 8,3% em 2023 e dos 7,3% em 2022, e após já ter alcançado picos de 11,0% em 2021 e 12,0% em 2020, devido à acumulação ocorrida durante os períodos de confinamento da crise pandémica.

Mercados Financeiros

No primeiro semestre deste ano, assistiu-se a uma elevada volatilidade do sentimento dos mercados, refletindo, designadamente, os receios dos investidores quanto ao impacto da guerra comercial espoletada pelo Presidente dos EUA, Donald Trump, que, entretanto, foram diminuindo à medida que iam sendo adiadas as aplicações dessas tarifas ou anunciados acordos comerciais com tarifas mais favoráveis do que as inicialmente avançados por Trump (em 2 de abril), traduzindo-se, em termos globais, num semestre de ganhos, particularmente para os mercados acionistas. Este sentimento positivo foi suportado, essencialmente, pela resiliência das economias face à referida guerra comercial (após em abril e maio ter aumentado a probabilidade de uma recessão global, em especial nos EUA), pelos resultados positivos dos testes de *stress* realizados aos bancos dos EUA (que demonstraram resiliência perante uma recessão severa), pela boa época de resultados das empresas norte-americanas e, mais recentemente, pelo alívio das pressões inflacionistas na Zona Euro e com o impacto das tarifas de Trump na inflação nos EUA a ser inferior ao inicialmente esperado.

Assim, as principais bolsas mundiais mantiveram a tendência de recuperação iniciada em 2023, com variações positivas nos EUA, na Europa, na Ásia e na América Latina, e com o índice MSCI mundial a subir 9,1%. Em todo o caso, os preços das ações foram flutuando ao longo do semestre, influenciados por fatores como a elevada probabilidade de uma recessão global espoletada pela guerra comercial, a continuação da guerra entre a Rússia e Ucrânia, e os receios relativamente aos conflitos em curso no Leste da Europa e no Médio Oriente, os quais se intensificaram recentemente, com a escalada do conflito militar entre Israel e o Irão e o envolvimento direto dos EUA.

Os principais índices de ações dos EUA registaram variações positivas no primeiro semestre de 2025, com o S&P 500 a avançar 5,5%, alcançando novos máximos históricos em fevereiro, mas tendo caído fortemente em abril, em resultado do anúncio das tarifas de Trump, voltando depois em maio e junho a recuperar das fortes quedas e a fazer novos máximos históricos. O Nasdaq exibiu uma subida semelhante (+5,5%) no conjunto do semestre, ao passo que o Dow Jones valorizou 3,6%, aproximando-se do máximo histórico observado no início de dezembro de 2024.

Na Europa, o comportamento ascendente foi transversal à generalidade das praças europeias. O Eurostoxx 50 subiu 8,3%, o índice português PSI valorizou 16,9%, mas o francês CAC 40 apenas 3,9%. Em termos setoriais na Europa, destaca-se as valorizações observadas na banca (+29,1%), nas *utilities* (+17,3%), na construção (+15,7%) e nos seguros (+15,3%). Nos EUA, o comportamento setorial foi também maioritariamente positivo no primeiro semestre, com destaque para a indústria (+12,0%), os serviços de comunicação (+10,6%) e os serviços financeiros (+8,4%, com a banca a valorizar 13,0%), as *utilities* (+7,8%) e as tecnologias de informação (+7,7%), após subidas na ordem de 35% em 2024 dos serviços financeiros (com o subsetor da banca com mais de 40%), dos serviços de comunicações e das TIC. As *Magnificent seven* exibiram uma subida de 2,5%, abaixo das demais ações (+7,5%), após as primeiras terem avançado 48,0% em 2024, o triplo das demais ações (+14,5%).

Com a continuação do ciclo de descida das taxas de juro diretoras ao longo do primeiro semestre, iniciado em meados de 2024 e que se seguiu ao ciclo de subidas com maior rapidez e intensidade da história do BCE que culminou em setembro de 2023, as taxas Euribor apresentaram descidas no primeiro semestre (-77 p.b. nos 3 meses, -52 p.b. nos 6 meses e -39 p.b. nos 12 meses) e fecharam em 1,944% nos 3 meses, 2,049% nos 6 meses e 2,072% nos 12 meses, evidenciando um reduzido diferencial entre os prazos.

As *yields* da dívida pública de referência apresentaram comportamentos mistos, mas tendo subido na Europa, nos prazos mais longos. Na Alemanha, as *yields* a 2 anos desceram 22 p.b., para 1,861% (refletindo os cortes de taxas do BCE), mas nos 10 anos avançaram 24 p.b., para 2,607%, nomeadamente em resultado da reação dos investidores ao plano de investimentos em defesa e infraestruturas apresentado pela Alemanha, que poderá implicar, simultaneamente, mais necessidade de financiamento do país, mais inflação e mais crescimento económico, fatores que concorrem para níveis de *yields* mais elevados.

Nos EUA, as *yields* desceram 52 p.b. nos 2 anos, para 3,719%, com os 10 anos a registarem também uma queda (-34 p.b.) para 4,228%, afastando-se do máximo desde julho de 2007 verificado em 19 de outubro de 2023 (4,9898%).

Os *spreads* de crédito apresentaram movimentos favoráveis nos índices de CDS (*Credit Default Swaps*) em *investment grade* (o índice Itraxx Cross-Over desceu 36 p.b. para os 282,5 p.b., o Itraxx Financials 5 p.b., para 58,8 p.b., e o Itrax também 5 p.b., para 54,6 p.b.). Observou-se, igualmente, um comportamento favorável nos *spreads* das *yields* da dívida pública da maioria dos países periféricos da Zona Euro, com a Itália a destacar-se pela positiva (-29 p.b., para 87 p.b.), seguindo-se a Grécia (-16 p.b., para 69 p.b.), Espanha (-6 p.b., para 63 p.b.) e Portugal (-3 p.b., para 45 p.b.), que continuou com um *spread* inferior ao de Espanha, observando-se apenas um ligeiro alargamento na Irlanda (+4 p.b., para 31 p.b.) A contribuir para o desagravamento dos *spreads* estiveram, designadamente, a tendência de alívio das pressões inflacionistas na Zona Euro e a resiliência das economias às medidas protecionistas impostas por Donald Trump.

Os índices gerais de *commodities* registaram movimentos mistos, com o índice compósito *CRB Index* a subir 0,2%, mas o *GSCI* a descer 1,2% (depois da subida de 2,6% em 2024), este último sendo penalizado pelas classes da energia (classe com maior peso no índice e que exibiu uma queda de 7,6%), num contexto de diminuição dos preços do brent e do *WTI (West Texas Intermediate)* de 9,4% e 9,2%, respetivamente (os preços do gás na Europa recuaram 35,8% no 1.º semestre, apesar de terem subido 56,5% em 2024 e recuado 56,8% em 2023), e das agrícolas (-7,7%), sendo suportado pelos metais de base (+6,2%), pelo gado (+18,4%) e pelos metais preciosos (+25,1%).

Principais Riscos e Incertezas para o 2º semestre de 2025

Ao longo da segunda metade deste ano, as perspetivas de manutenção da tendência de gradual descida da inflação e de crescimento do emprego a nível global, bem como a continuação dos cortes nas taxas de juro (embora aqui apenas nos EUA e inferiores aos anteriormente previstos), deverão ajudar a compensar o necessário aperto orçamental em alguns países, esperando-se que a resiliência das principais economias se mantenha.

Contudo, as expectativas de uma relativa manutenção do crescimento da economia global para este ano escondem divergências entre países e blocos económicos e continuam a estar rodeadas de uma elevada incerteza e riscos descendentes, destacando-se os relacionados com o aumento das tensões comerciais e do protecionismo, a possível escalada de conflitos geopolíticos e os desafios às políticas orçamentais em alguns países.

Com efeito, na já mencionada atualização do WEO, em 29 de julho, o FMI manteve um tom cauteloso sobre os riscos para a economia global, apesar da já referida revisão em alta das previsões de crescimento global, considerando que os riscos para as perspetivas de crescimento inclinam-se para o lado negativo. Entre os principais riscos identificados pelo FMI está um agravamento adicional das taxas tarifárias efetivas, que poderia levar a um crescimento mais

fraco. De acordo com as simulações do FMI, o crescimento económico global em 2025 seria aproximadamente 0,2 p.p. mais baixo se o máximo das taxas tarifárias de 2 de abril e as taxas tarifárias nas cartas enviadas até 14 de julho fossem implementadas.

Adicionalmente, uma escalada das tensões geopolíticas, particularmente no Médio Oriente ou na Ucrânia, poderia introduzir novos choques de oferta negativos na economia global, enquanto as vulnerabilidades orçamentais poderiam tornar-se mais salientes, com implicações para os mercados financeiros e repercussões na economia real.

Face a este cenário, o FMI recomenda que os países reduzam a incerteza induzida por políticas económicas, promovendo estruturas comerciais claras e transparentes. Em termos de política monetária, o FMI refere que os bancos centrais devem calibrar, cuidadosamente, as políticas monetárias às circunstâncias específicas de cada país para manter a estabilidade de preços e financeira num contexto de tensões comerciais prolongadas e tarifas em evolução.

Em termos globais, persistem, assim, uma série de riscos e incertezas sobre as perspetivas de crescimento global: *i*) Israel mantém-se em guerra com o Hamas, mas houve um cessar-fogo com o Irão; *ii*) permanece a guerra na Ucrânia; *iii*) a intensidade da trajetória de descida das taxas de juro e o respetivo ponto terminal; *iv*) a capacidade de as economias evitarem um cenário de estagflação (aumentaram recentemente os riscos sobre o mercado de trabalho dos EUA); *v*) o potencial impacto do aperto monetário em 2022-2023 sobre o nível de incumprimento dos agentes económicos e consequências sobre a estabilidade do sistema financeiro; *vi*) a incerteza relativamente à intensidade e grau de concretização das medidas protecionistas de Trump (os acordos dos EUA com a China e a União Europeia têm ainda várias questões em aberto).

Ao nível nacional, a economia deverá ser também condicionada pelos riscos identificados para a economia global, a que acrescem a pressão sobre a capacidade financeira das famílias continuarem a suportar níveis de taxas de juro acima dos que vigoraram até ao último ciclo de aperto da política económica (não obstante o alívio das taxas de juro observado ao longo de 2024 e da primeira metade deste ano), bem como a sustentabilidade dos preços no mercado da habitação, que mais do que duplicaram nos últimos dez anos.

Segundo a análise do BdP no seu último Boletim Económico de junho, os riscos em torno das projeções para a economia portuguesa apresentam-se negativos para a atividade económica e equilibrados para a inflação. O crescimento pode ser menor se as tensões comerciais a nível global se agravarem, se a incerteza económica persistir ou em caso de dificuldades na execução dos fundos da UE. Em sentido contrário, a resolução dos conflitos armados e um aumento dos gastos em defesa em Portugal podem ter um impacto positivo na atividade. A manutenção dos equilíbrios macroeconómicos da economia portuguesa é uma condição necessária para enfrentar um enquadramento internacional desfavorável.

Com efeito, ao nível da atividade económica, segundo o BdP, um agravamento das tensões comerciais implicaria um maior impacto sobre as cadeias de abastecimento globais, o comércio mundial e a procura externa dirigida a Portugal. As políticas económicas dos EUA, incluindo a

orçamental, podem ter também efeitos mais adversos sobre a confiança e os mercados financeiros e cambiais, reforçando o impacto negativo sobre a atividade. Os riscos em baixa relacionados com o prolongamento dos atuais conflitos armados mantêm-se. As dificuldades em executar integralmente os fundos europeus implicam riscos em baixa para o investimento. Da mesma forma, um aumento da incerteza pode resultar num aumento da poupança privada, com impacto negativo no consumo privado. Em sentido contrário, a resolução dos conflitos armados pode gerar uma recuperação da atividade na Europa com impacto positivo na procura externa dirigida a Portugal. O aumento da despesa em defesa em Portugal, no quadro de compromissos internacionais, constitui também um risco em alta para a atividade.

Ao nível da inflação, o BdP considera que os riscos em baixa estão associados à possibilidade de um enfraquecimento da atividade económica. Estes riscos podem ser acentuados pelo impacto sobre os preços dos bens importados de um cenário de maior penetração dos produtos asiáticos na Europa, em resultado das barreiras à entrada no mercado americano. No entanto, uma potencial retaliação por parte da UE às tarifas impostas pelos EUA teria efeitos opostos sobre o deflator das importações.

Riscos e Incertezas com impacto no Sistema Financeiro / Bancário e no Banco Montepio

O ciclo de descida de taxas de juro anteriormente referido constitui um dos maiores desafios para 2025 pelo potencial impacto na rendibilidade dos bancos em Portugal, situação que poderá conduzir a um maior enfoque nas restantes componentes de geração do produto bancário e na eficiência da gestão dos custos operacionais, em linha com as conclusões do último risk assessment questionnaire (RAQ) da EBA – maio de 2025.

A redução da confiança dos agentes económicos, resultante da incerteza global, tende a retrair decisões de despesa, em particular de investimento, com reflexo na atividade das empresas. As empresas mais afetadas pelas políticas comerciais estaduais e/ou pela retração do consumo, poderão sofrer impactos que se podem estender à geração de emprego. A atividade creditícia dos bancos, tanto ao nível da dinâmica de concessão como da qualidade da carteira, pode assim ser negativamente afetada.

No mercado imobiliário português e apesar do nível historicamente baixo do rácio de custo do risco (praticamente nulo), permanece ainda incerta a evolução da performance dos créditos para compra de habitação e das imparidades para crédito num cenário de degradação económica e de maior nível de desemprego.

Nos novos desafios à sustentabilidade do modelo de negócio, estão cada vez mais presentes, na análise de risco, os fatores climáticos e ambientais (riscos de transição e riscos físicos) e a mitigação dos riscos inerentes às inovações tecnológicas, não só os relacionados com a prevenção de fraudes digitais, mas também com uma nova vertente relacionada com o nível de concentração de fornecedores de sistemas considerados críticos. Para fazer face a estes últimos, entrou em vigor a 17 de janeiro de 2025, a regulação DORA (Digital Operational

Resilience Act), com o objetivo de assegurar uma maior resiliência operacional digital do setor financeiro.

A insuficiente informação disponível sobre a dimensão da interligação entre sector bancário e o sector financeiro não bancário (SFNB) tem levado as entidades de regulação e de supervisão a reforçarem o acompanhamento do SFNB, alertando para o potencial risco sistémico.

Acrescem as pressões sobre o risco operacional, em especial no que respeita à cibersegurança, num contexto de elevada exigência para as tecnologias de informação, no sentido de responder às exigências comerciais e de compliance. Neste âmbito, as fintechs com modelos de negócios de baixo custo poderão capturar maiores receitas em segmentos de negócio de nicho, pelo que a transformação digital e o aproveitamento da Inteligência Artificial continuarão a ser fundamentais para a inovação do sistema bancário.

Sistema Financeiro

Apesar das vulnerabilidades económicas e geoestratégicas identificadas nos pontos anteriores, com reflexo tanto na atividade dos agentes económicos como das entidades financeiras, o sistema bancário português continuou a evidenciar resiliência, com os níveis de capitais próprios e de liquidez a atingir máximos históricos. O ciclo de descida de taxas de juro iniciado no segundo semestre de 2024 tem potenciado, por um lado, uma maior dinâmica na concessão de crédito, especialmente a Particulares, mas por outro uma diminuição da margem financeira, com reflexo nos níveis de rendibilidade registados.

De acordo com informação publicada pelo Banco de Portugal, no 1.º trimestre de 2025, tanto a rendibilidade do ativo (ROA) como a do capital próprio (ROE) diminuíram quando comparadas com o mesmo período do ano anterior, - 0,11 p.p. para 1,29% e -1,54 p.p. para 13,94%, respetivamente. A descida das taxas diretoras do Banco Central Europeu (à diminuição de 1 p.p. na taxa de facilidade permanente de depósito, registada nos primeiros seis meses de 2025, adiciona-se igual variação em 2024) foi decisiva para a quebra da margem financeira, que passou de 3.158 M€ em março de 2024, para 2.910 M€ em março de 2025. Releva-se que apesar da significativa diminuição dos juros e encargos similares (-188 M€), a redução dos valores cobrados a título de juros e rendimentos similares foi de maior grandeza (-436 M€). Como contributo favorável para a comparação entre a composição do resultado em 2024 e em 2025, destaca-se ainda a redução homóloga de 52% (-164 M€) dos montantes líquidos afetos a provisões e imparidades, que permitiu a redução do rácio de custo do risco de crédito para 0,14% (-5 p.b face a março de 2024). O rácio cost-to-income aumentou 3,5 p.p. face ao período homólogo, para 42,8%, resultado de um aumento de 5,4% dos custos operacionais e de uma redução de 3,3% no produto bancário.

A qualidade do crédito registou uma evolução favorável na medida em que, segundo o Banco de Portugal, o rácio de NPL em Portugal desceu de 2,4% em dezembro de 2024 para 2,3% em março de 2025 (estava em 2,7% em março de 2024), refletindo a ligeira redução dos NPL num quadro de estabilização dos empréstimos produtivos. No crédito a empresas, o rácio de NPL

diminuiu para 4,0% em março de 2025 (4,2% em dezembro de 2024 e 5,0% em março de 2024). O rácio NPL no crédito a particulares situou-se nos 2,3% em março de 2025, sem alterações face a dezembro de 2024, observando-se uma descida para 1,2% do rácio NPL do crédito à habitação (1,3% em dezembro de 2024) e uma subida para 6,2% no rácio NPL do crédito ao consumo (6,1% em dezembro de 2024). O stock dos créditos em stage 2 situou-se em 9,4% do total dos empréstimos, diminuindo 0,3 p.p. face a dezembro de 2024, fruto da diminuição de 0,4 p.p. no segmento de empresas, para 11,8%, que manteve a tendência descendente iniciada após o máximo observado em setembro de 2021 (19%), assim como da estabilização registada no segmento de particulares, nos 8,9% após três trimestres de descidas consecutivas, que se sucederam ao pico registado em março de 2024 (10,5%). O peso dos créditos em Stage 2 nos stocks de crédito à habitação e de consumo manteve-se em 8,3% e 11,2% respetivamente, após três diminuições consecutivas desde o pico de mar-24, quando o crédito à habitação se situou em 9,9% e o crédito ao consumo em 12,7%.

A liquidez do sistema tem beneficiado do crescimento da base de depósitos do setor privado (particulares e empresas não financeiras), que atingiu cerca de 266 mM€ em junho de 2025, o valor mais elevado desde dez-79, muito influenciado pelo crescente rendimento disponível das famílias, apesar do sentido decrescente das taxas de remuneração dos novos depósitos a prazo.

No que respeita ao financiamento à economia, destaca-se o crescimento do crédito concedido a particulares, quer na finalidade de habitação, onde a média mensal da produção média nos primeiros 6 meses de 2025 (aproximadamente 1,1 mM€) mais do que duplicou a registada em 2024 (perto de 0,5 mM€), com o contributo quer do maior peso dos créditos concedidos sem renegociação no total de contratações (71% em dezembro de 2024 e 81% em junho de 2025), quer do menor peso das amortizações antecipadas no total de créditos sem renegociação (55% em dezembro de 2024 e 40% em junho de 2025). Releva, ainda, que os contratos com mutuários com idade até 35 anos representaram, entre janeiro de junho de 2025, 58,9% de todo o montante concedido em novos contratos nesse período (54,7% no número de contratos) e que os contratos abrangidos pela garantia do Estado (Decreto-Lei n.º 44/2024, de 10 de julho, regulamentado pela Portaria n.º 236-A/2024/1, de 27 de setembro) corresponderam a 37,4% do número de contratos e a 39,8% do total do montante contratado para aquisição de HPP celebrados com jovens até aos 35 anos. Entre janeiro e junho de 2025 foram contratados 2,1 mil milhões de euros em crédito à habitação com garantia do Estado (10,7 mil contratos de crédito à habitação própria e permanente), estando, no final desse período, utilizados 25,9% (280 milhões de euros) do montante total atribuído pelo Estado para garantia no âmbito deste regime. Por outro lado, o crédito às empresas registou um crescimento de 2,8% em 2025 (+2 mM€ face ao saldo de dezembro de 2024), 80% do qual a microempresas. Quanto ao setor de atividade, as “outras atividades” (que englobam agricultura, pescas e serviços) e “construção e atividades imobiliárias” continuam a ser os agregados que apresentam taxas de variação anual mais significativas (crescimento anual de 7,7% e 7,1%, respetivamente, em jun-25), sendo que o agregado mais significativo em volume de crédito concedido continua a ser o “Comércio, Transportes, Restauração e Hotelaria” (33,5% do total em junho de 2025).

Evolução da atividade

Objetivo e Política de Investimento

O Fundo Montepio Multi Gestão Prudente - Fundo de Investimento Mobiliário Aberto, doravante denominado Fundo ou Montepio Multi Gestão Prudente, iniciou a sua atividade em 18 de setembro de 2000, visando a constituição de uma carteira prudente de fundos de tesouraria, obrigações e ações, nacionais e internacionais, que procurará adaptar-se, em cada momento, às condições de investimento nos diferentes mercados.

O Fundo tem por objetivo proporcionar aos seus participantes uma adequada valorização do capital a médio e longo prazo, numa ótica de gestão prudente, mediante a constituição de uma carteira de ativos orientada para a aquisição de UP de fundos de investimento nacionais e internacionais e selecionada de acordo com a Política de Investimentos indicada, a qual visa garantir uma adequada conjugação das variáveis rendibilidade, liquidez e risco. O Fundo detém, no mínimo, 2/3 do seu valor líquido global investido em UP de outros fundos, sendo o restante aplicado em meios líquidos, não investindo em fundos cuja comissão de gestão seja superior a 2,5%.

A carteira do Fundo será constituída por fundos harmonizados, geridos por sociedades gestoras sediadas em Estados-Membros da União Europeia, e que obedecem à Diretiva comunitária nº 2014/65/EU, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 15 de maio de 2014, bem como pelos fundos geridos pela sociedade gestora.

O Fundo investirá, preferencialmente, em fundos de capitalização, não havendo lugar à distribuição de rendimentos.

Os investimentos subjacentes a este produto financeiro não têm em conta os critérios da UE aplicáveis às atividades económicas sustentáveis do ponto de vista ambiental.

Tendo em conta a Política de Investimento e o conjunto de instrumentos financeiros potenciais elegíveis nos quais o Fundo pode investir, podem surgir riscos em matéria de sustentabilidade que podem causar um impacto negativo no desempenho a longo prazo. Para reduzir e mitigar tais riscos, a Montepio Gestão de Activos, entidade responsável pela gestão, toma em consideração os fatores de sustentabilidade e riscos no seu processo de tomada de decisões de investimento, avaliando e gerindo impactos negativos potenciais sobre os fatores de sustentabilidade, nos termos da sua Política de Sustentabilidade (designada pela sigla inglesa de Política ESG - *Environmental, Social, and Corporate Governance*) disponível no seu sítio Internet <https://www.montepio.org/institucional/grupo-montepio/montepio-gestao-de-activos/>.

Não obstante a avaliação e gestão ativas dos riscos em matéria de sustentabilidade, o Fundo não tem um objetivo explícito de investimento sustentável nem promove ativamente

características ESG nos termos, respetivamente, dos artigos 9.º e 8.º do Regulamento (UE) 2019/2088 relativo à divulgação de informações relacionadas com a sustentabilidade no setor dos serviços financeiros (“Regulamento SFDR”).

Rendibilidade e Risco

A rendibilidade efetiva do Fundo no 1º semestre de 2025 foi de 1,90%, enquanto a evolução da rendibilidade e do risco nos últimos 10 anos civis foi a seguinte:

Ano	Rendibilidade	Classe de Risco	
		ISRR	ISR
2015	0,95%	Classe 4	
2016	2,11%	Classe 4	
2017	1,98%	Classe 3	
2018	-5,70%	Classe 3	
2019	7,53%	Classe 3	
2020	1,33%	Classe 4	
2021	2,44%	Classe 3	
2022	-9,09%	Classe 4	
2023	5,69%	-	Classe 2
2024	5,10%	-	Classe 2

As rendibilidades e riscos apresentados constituem dados históricos, pelo que, representando dados passados, não constituem garantia de rendibilidade futura, na medida em que o valor das unidades de participação pode aumentar ou diminuir em função do nível de risco que varia entre 1 (risco mínimo) e 7 (risco máximo). Os valores divulgados não têm em conta comissões de subscrição ou de resgate eventualmente devidas.

O indicador Sintético de Risco e de Remuneração¹ (ISRR) apresentado até ao ano de 2022, foi apurado de acordo com metodologias distintas das do Indicador Sumário de Risco² (ISR), apresentado na última linha da tabela, que se passou a utilizar a partir de 2023. Os cálculos efetuados para apuramento do ISRR utilizam um histórico de 5 anos e consideram apenas o risco de mercado, enquanto o ISR efetua uma conjugação entre o risco de mercado e o risco de crédito, sendo o seu apuramento baseado no período de detenção recomendado do Fundo.

A Classe de Risco indicada para o ISR (Classe 2), corresponde a uma baixa categoria de risco, a qual não é garantida e pode variar ao longo do tempo. Acresce, também, que a categoria de risco mais baixa não significa que se trate de um investimento isento de risco. O perfil de risco do Fundo apresenta oscilações que resultam da variação dos ativos em que investe.

¹ Calculado de acordo com o Regulamento da CMVM n.º 2/2015, republicado pelo Regulamento da CMVM n.º 3/2020 e com as alterações introduzidas pelos Regulamentos da CMVM n.º 6/2020 e 9/2020.

² Calculado de acordo com o Regulamento Delegado (EU) 2017/653, da Comissão, de 8 de março.

Ativos sob Gestão, Número e Valor Unitário das Unidades de Participação

O valor total da carteira do Fundo era, a 30 de junho de 2025, de 14,35 M€. O quadro seguinte apresenta o valor líquido global do Fundo (VLGF), o número de UP em circulação (# UP) e o seu valor unitário, no final de cada um dos últimos 5 anos civis.

Anos	VLGF (€)	# UP em circulação	Valor da UP (€)
2020	5 843 471,41	93 886,0436	62,2400
2021	10 798 821,78	169 373,2609	63,7575
2022	17 491 299,01	301 784,7514	57,9595
2023	16 186 256,75	264 232,8533	61,2575
2024	14 271 417,13	221 678,9798	64,3788
30/06/2025	14 353 284,57	218 804,9615	65,5985

Comissões suportadas pelos Participantes do Fundo

Conforme identificado no Prospective, não é cobrada qualquer comissão de subscrição (0%) diretamente imputável aos Participantes do Fundo, sendo cobrada uma comissão de resgate de 3,12%, já incluindo imposto de selo (4%), aplicável apenas à Classe A de Unidades de Participação, no caso de resgates até 30 dias, *inclusive*; nas situações de resgates superiores a 30 dias, e no aplicável à Classe B de unidades de participação, não é cobrada qualquer comissão.

Proveitos, Custos e Resultado Líquido do Fundo

O quadro seguinte apresenta os Proveitos, Custos e Resultado Líquido do Fundo, nos três últimos exercícios económicos completos e em 30 de junho de 2025.

	2022	2023	2024	30/06/2025
Proveitos	1 219 555,08	2 062 138,50	1 535 939,56	852 427,07
Custos	2 375 080,28	1 123 237,54	775 184,62	588 812,40
Resultado Líquido	(1 155 525,20)	938 900,96	760 754,94	263 614,67

(valores em Euros)

Relativamente aos custos suportados pelo Fundo, destacam-se as rúbricas abaixo identificadas.

	2022	2023	2024	30/06/2025
Comissão de Gestão	64 394,12	89 101,32	78 593,67	36 790,04
Comissão de Depósito	6 694,34	8 910,14	7 859,32	3 678,99
Comissão de Comercialização	84 987,32	115 831,71	102 171,87	47 827,11
Taxa de supervisão	1 937,60	2 535,34	2 162,19	1 177,48
Custos de auditoria	4 797,00	3 444,00	3 444,00	1 712,54
Comissão de carteira de títulos	11 051,27	6 130,92	838,79	732,57

(valores em Euros)

Lisboa, 21 de agosto de 2025

2. DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

BALANÇOS EM 30 DE JUNHO DE 2025 E 2024

(Montantes expressos em Euros)

CÓDIGO	ATIVO DESIGNAÇÃO	2025					CÓDIGO	PASSIVO DESIGNAÇÃO	Períodos	
		Bruto	Mv	mv/P	Líquido	2024 Líquido			2025	2024
CARTEIRA DE TÍTULOS										
21	OBRIGAÇÕES	478,81	0,00	478,81	0,00	0,00	61	CAPITAL DO OIC		
22	AÇÕES						62	UNIDADES DE PARTICIPAÇÃO	10 940 248,55	11 812 582,68
23	OUTROS TÍTULOS DE CAPITAL						64	VARIAÇÕES PATRIMONIAIS	1 284 130,62	1 526 096,03
24	UNIDADES DE PARTICIPAÇÃO	11 718 470,00	1 608 847,43	19 008,43	13 308 309,00	14 691 821,96	65	RESULTADOS TRANSITADOS	1 865 290,73	1 104 535,79
25	DIREITOS						66	RESULTADOS DISTRIBUÍDOS		
26	OUTROS INSTRUMENTOS DE DÍVIDA						66	RESULTADO DO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO	263 614,67	510 590,17
	TOTAL DA CARTEIRA DE TÍTULOS	11 718 948,81	1 608 847,43	19 487,24	13 308 309,00	14 691 821,96		TOTAL DO CAPITAL DO OIC	14 353 284,57	14 953 804,67
OUTROS ATIVOS										
31	OUTROS ATIVOS						48	PROVISÕES ACUMULADAS		
	TOTAL DE OUTROS ATIVOS						481	PROVISÕES PARA ENCARGOS	1 206,30	1 528,31
TERCEIROS										
411+...+418	CONTAS DE DEVEDORES	0,00			0,00	0,00	421	PROVISÕES ACUMULADAS	1 206,30	1 528,31
	TOTAL DOS VALORES A RECEBER	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	422	RESGATES A PAGAR AOS PARTICIPANTES	20 359,22	28 827,56
DISPONIBILIDADES										
11	CAIXA						423	RENDIMENTOS A PAGAR AOS PARTICIPANTES	16 421,85	17 469,77
12	DEPÓSITOS À ORDEM	1 081 871,09			1 081 871,09	309 362,39	424+...+429	COMISSÕES A PAGAR	1 300,48	1 381,17
13	DEPÓSITOS A PRAZO E COM PRÉ-AVISOS						43+12	OUTRAS CONTAS DE CREDORES		
14	CERTIFICADOS DE DEPÓSITO							EMPRÉSTIMOS OBTIDOS		
18	OUTROS MEIOS MONETÁRIOS							TOTAL DOS VALORES A PAGAR	38 081,55	47 678,50
	TOTAL DAS DISPONIBILIDADES	1 081 871,09			1 081 871,09	309 362,39				
ACRÉSCIMOS E DIFERIMENTOS										
51	ACRÉSCIMOS DE PROVEITOS						55	ACRÉSCIMOS E DIFERIMENTOS		
52	DESPESAS COM CUSTO DIFERIDO	2 392,33			2 392,33	1 827,13	56	ACRÉSCIMOS DE CUSTOS		
58	OUTROS ACRÉSCIMOS E DIFERIMENTOS						58	RECEITAS COM PROVEITO DIFERIDO		
59	CONTAS TRANSITÓRIAS ATIVAS						59	OUTROS ACRÉSCIMOS E DIFERIMENTOS		
	TOTAL DOS ACRÉSCIMOS E DIFERIMENTOS ATIVOS	2 392,33			2 392,33	1 827,13		CONTAS TRANSITÓRIAS PASSIVAS		
	TOTAL DO ATIVO	12 803 212,23	1 608 847,43	19 487,24	14 392 572,42	15 003 011,48		TOTAL DOS ACRÉSCIMOS E DIFERIMENTOS PASSIVOS	0,00	0,00
Total do Número de Unidades de Participação										
Abreviaturas: Mb - Mais Valias; Mb - Menos Valias; P - Provisões										
218 804,9615 236 251,6444 Valor Unitário da Unidade de Participação										
65,5985 63,2961										

O Responsável pela Contabilidade

O Responsável pela Gestão

DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS DE JUNHO 2025 E 2024

(Montantes expressos em Euros)

CÓDIGO	CUSTOS E PERDAS DESIGNAÇÃO	Período			CÓDIGO	PROVEITOS E GANHOS DESIGNAÇÃO	Período				
		2025	2024				2025	2024			
CUSTOS E PERDAS CORRENTES											
JUROS E CUSTOS EQUIPARADOS:											
712+713	Da carteira de Títulos e Outros Ativos				812+813	PROVEITOS E GANHOS CORRENTES					
711+714+717+718	De Operações Correntes	52,44			811+814+817+818	JUROS E PROVEITOS EQUIPARADOS:					
719	De Operações Extrapatrimoniais				819	Da carteira de Títulos e Outros Ativos					
COMISSÕES E TAXAS											
722+723	Da carteira de Títulos e Outros Ativos	732,57	438,46	822+...+824/5		Outras, de Operações Correntes	2 148,89				
724+...+728	Outras, de Operações Correntes	86 077,62	93 874,55	829		De Operações Extrapatrimoniais					
729	De Operações Extrapatrimoniais					RENDIMENTO DE TÍTULOS E OUTROS ATIVOS					
PERDAS EM OPERAÇÕES FINANCEIRAS											
732+733	Da carteira de Títulos e Outros Ativos	448 843,32	231 420,59	832+833+837		Da carteira de Títulos e Outros Ativos	27 611,15	37 047,22			
731+738	Outras, de Operações Correntes			831+838		De Operações Extrapatrimoniais					
739	De Operações Extrapatrimoniais	46 893,07	2 475,34	839		GANHOS EM OPERAÇÕES FINANCEIRAS					
IMPOSTOS											
7411+7421	Imposto sobre e Rendimento				851	Da carteira de Títulos e Outros Ativos	819 295,04	798 971,72			
7412+7422	Impostos Indiretos	4 180,61	6 546,41			Outras, de Operações Correntes					
7418+7428	Outros Impostos					De Operações Extrapatrimoniais		11 320,70			
75	PROVISÕES DO EXERCÍCIO					REPOSIÇÃO E ANULAÇÃO DE PROVISÕES					
751	Provisões para encargos					Provisões para encargos					
77	OUTROS CUSTOS E PERDAS CORRENTES	2 032,77	2 020,69	87							
	TOTAL DOS CUSTOS E PERDAS CORRENTES (A)	588 812,40	336 776,04			OUTROS PROVEITOS E GANHOS CORRENTES		26,57			
CUSTOS E PERDAS EVENTUAIS											
781	Valores incobráveis					TOTAL DOS PROVEITOS E GANHOS CORRENTES (B)	849 055,08	847 366,21			
782	Perdas extraordinárias										
783	Perdas imputáveis a Exercícios Anteriores			881		PROVEITOS E GANHOS EVENTUAIS					
788	Outros Custos e Perdas Eventuais			882		Recuperação de Incobráveis					
	TOTAL DOS CUSTOS E PERDAS EVENTUAIS (C)	0,00	0,00	883		Ganhos Extraordinários					
63	IMPOSTOS SOBRE O RENDIMENTO DO EXERCÍCIO			884...888		Ganhos de Exercícios Anteriores	3 371,99				
66	RESULTADO LÍQUIDO DO PERÍODO (se > 0)	263 614,67	510 590,17	66		Outros Ganhos Eventuais					
	TOTAL	852 427,07	847 366,21			TOTAL DOS PROVEITOS E GANHOS EVENTUAIS (D)	3 371,99	0,00			
(8x2/3/4/5)-(7x2/3)	Resultados da Carteira de Títulos e Outros Ativos	397 330,30	604 159,89	D-C		RESULTADO LÍQUIDO DO PERÍODO (se < 0)					
8x9-7x9	Resultados das Operações Extrapatrimoniais	(46 893,07)	8 845,36	B+D-A-C+74		TOTAL					
B-A	Resultados Correntes	260 242,68	510 590,17	B+D-A-C		Resultados Eventuais	3 371,99	0,00			
						Resultados Antes de Imposto s/o Rendimento	267 795,28	517 136,58			
						Resultados Líquidos do Período	263 614,67	510 590,17			

O responsável pela Contabilidade

O responsável pela Gestão

DEMONSTRAÇÃO DE FLUXOS DE CAIXA DE 2025 E 2024

(Montantes expressos em Euros)

Discriminação dos Fluxos	Período	
	De 2025-01-01 a 2025-06-30	De 2024-01-01 a 2024-06-30
OPERAÇÕES SOBRE AS UNIDADES DO OIC		
RECEBIMENTOS		
Subscrição de unidades de participação	677 170,66	247 199,75
Comissão de resgate		26,57
	677 170,66	247 226,32
PAGAMENTOS		
Resgates de unidades de participação	879 264,57	2 010 726,47
Fluxo das operações sobre as unidades do OIC	<u>879 264,57</u> (202 093,91)	<u>2 010 726,47</u> (1 763 500,15)
OPERAÇÕES DA CARTEIRA DE TÍTULOS E OUTROS ATIVOS		
RECEBIMENTOS		
Vendas de Títulos e outros ativos	1 141 907,51	1 582 387,14
Rendimento de Títulos e outros ativos	80,62	124,64
Juros e proveitos similares	27 624,33	37 189,63
Outros receb. Carteira de títulos	0,11	0,18
	1 169 612,57	1 619 701,59
PAGAMENTOS		
Compra de títulos e outros ativos	119 644,02	
Outras taxas e comissões	714,90	421,74
Outros Pagam. Carteira de títulos	17,78	16,90
	<u>120 376,70</u> 1 049 235,87	<u>438,64</u> 1 619 262,95
Fluxo das operações da carteira de títulos e outros ativos		
OPERAÇÕES A PRAZO E DE DIVISAS		
RECEBIMENTOS		
Operações Cambiais	27 986,30	30 796,98
PAGAMENTOS		
Operações Cambiais	28 106,47	31 547,05
Fluxo das operações a prazo e de Divisas	<u>28 106,47</u> (120,17)	<u>31 547,05</u> (750,07)
OPERAÇÕES DE GESTÃO CORRENTE		
RECEBIMENTOS		
Juros de Depósitos Bancários	1 427,16	0,00
	1 427,16	0,00
PAGAMENTOS		
Comissão de Gestão	37 075,02	40 920,66
Comissão de Comercialização	47 883,33	53 196,85
Comissão de Depósito	3 707,46	4 092,15
Impostos e taxas	4 109,02	4 469,32
Outros pag. Operações correntes	2 175,28	1 886,82
	<u>94 950,11</u> (93 522,95)	<u>104 565,80</u> (104 565,80)
Fluxo das operações de Gestão Corrente		
OPERAÇÕES EVENTUAIS		
RECEBIMENTOS		
Valores de exercícios anteriores	4 592,05	
	4 592,05	
Fluxo das operações eventuais	<u>4 592,05</u>	<u>0,00</u>
Saldo dos Fluxos de Caixa do Período		
Disponibilidades no Início do Período	323 780,20	558 915,46
Disponibilidades no Fim do Período	1 081 871,09	309 362,39

O RESPONSÁVEL PELA
CONTABILIDADE

O RESPONSÁVEL PELA
GESTÃO

3. DIVULGAÇÕES ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

DIVULGAÇÕES ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM

30 DE JUNHO DE 2025

(Montantes expressos em Euros - €)

INTRODUÇÃO

O Montepio Multi Gestão Prudente Fundo de Investimento Mobiliário Aberto de Obrigações (Fundo), iniciou a sua atividade em 18 de setembro de 2000. Este Fundo foi constituído por prazo indeterminado e tem por objetivo proporcionar aos seus participantes uma adequada valorização do capital a médio e longo prazo, numa ótica de gestão prudente, mediante a constituição de uma carteira de ativos orientada para a aquisição de unidades de participação de Fundos de investimento nacionais e internacionais. De salientar que no dia 28 de novembro de 2011 o Fundo FiniFundo Conservador da Finivalor, foi integrado por fusão no Fundo Montepio Multi Gestão Prudente.

Em 21 de março de 2022, a designação do OIC foi alterada de Montepio Multi Gestão Prudente - Fundo de Investimento Mobiliário Aberto de Obrigações para Montepio Multi Gestão Prudente - Fundo de Investimento Mobiliário Aberto.

O Fundo visa a constituição de uma carteira prudente de Fundos de tesouraria, obrigações e ações, nacionais e internacionais, a partir de uma estrutura de base, que em cada momento procurará adaptar-se às condições de investimento nos diferentes mercados.

De acordo com o regulamento de gestão, os rendimentos do Fundo não são distribuídos, sendo incorporados no valor da unidade de participação.

O Fundo é administrado, gerido e representado pela Montepio Gestão de Activos - Sociedade Gestora de Organismos de Investimento Coletivo, S.A. (Sociedade Gestora). As funções de entidade comercializadora e de banco depositário são exercidas pela Caixa Económica Montepio Geral.

As notas que se seguem respeitam a numeração sequencial definida no Plano de Contas dos Fundos de Investimento Mobiliário. As notas cuja numeração se encontra ausente não são aplicáveis ou a sua apresentação não é relevante para a leitura das demonstrações financeiras anexas.

Nota 1 - Quadro 1 – Capital do Fundo

O património do Fundo está formalizado através de unidades de participação, com características iguais e sem valor nominal, assumindo a forma escritural, as quais conferem aos seus titulares o direito de propriedade sobre os valores do Fundo, proporcional ao número de unidades que representam.

A qualidade de participante adquire-se mediante a subscrição e aquisição de um mínimo de unidades de participação, cujo investimento não pode ser inferior a € 10,00.

O movimento ocorrido no capital do Fundo durante o período de seis meses findo em 30 de junho de 2025 apresenta o seguinte detalhe:

Descrição	Saldo em 31-12-2024	Subscrições	Resgates	Distribuição de Resultados	Outros	Resultados do Exercício	(Valores em €)
							Saldo em 30-06-2025
Valor base	11 083 949,50	520 006,56	663 707,51				10 940 248,55
Diferença p/ Valor Base	1 322 176,90	157 164,10	195 210,38				1 284 130,62
Resultados distribuídos							
Resultados acumulados	1 104 535,79				760 754,94		1 865 290,73
Resultados do período	760 754,94				(760 754,94)	263 614,67	263 614,67
	14 271 417,13	677 170,66	858 917,89	0,00	0,00	263 614,67	14 353 284,57
Nº unidades de participação	221 678,9798	10 400,1332	13 274,1483				218 804,9615
Valor da unidade de participação	64,3788	65,1117	64,7061				65,5985

Nota 1 - Quadro 3

A evolução mensal do valor do Fundo e do valor da unidade de participação no período de seis meses findo em 30 de junho de 2025:

Mês	Valor Líquido global do Fundo em €	Valor da unidade de participação em €	Nº Up's em circulação
Janeiro	14 443 225,05	65,4323	220 735,3311
Fevereiro	14 455 678,51	65,6612	220 155,6419
Março	14 311 391,00	64,8465	220 696,5695
Abril	14 009 684,67	64,2971	217 889,7326
Maio	14 326 241,76	65,4020	219 048,8402
Junho	14 353 284,57	65,5985	218 804,9615

Nota 3 - Quadro 1 - Inventário da Carteira de Títulos

A carteira de títulos em 30 de junho de 2025 tem a seguinte composição:

INVENTÁRIO DA CARTEIRA em 30 de junho de 2025

Montepio Multi Gestão Prudente - FF						(Valores em EURO)
Descrição dos Títulos	Preço de aquisição	Mais valias	menos valias	Valor da carteira	Juros corridos	SOMA
01 - Instr.Fin.Admitidos,em Adm. e Não Adm.PN						
01.01 - Instrumentos Financ. Adm. Negociação PN						
01.01.05 - Ups / ações de OIC que não OII (ETFs)						
iSh Core Eur Cor Bnd	370 824	16 165.11		386 989.14		386 989.14
ISH EUR CORP BND IRH	315 211	18 782.02		333 993.04		333 993.04
ISHAR MSCI JPN M EUH	11 275	7 521.33		18 796.66		18 796.66
XTraks MSCI JapanETF	13 191	8 776.32		21 967.42		21 967.42
ISHARES €CORPLGCAP	235 200	10 760.40		245 960.40		245 960.40
ISHARES € GOVT 5-7YR	138 154	2 697.60		140 851.20		140 851.20
AMUNDI MSCI USA SRIB	64 835	15 852.48		80 687.91		80 687.91
UBS S&P 500 S&S_ETF	1 039	358.14		1 397.28		1 397.28
Sub-Total:	1 149 730	80 913.39	0.00	1 230 643.05	0.00	1 230 643.05
01.03 - Instrumentos Financeiros Não Adm. Neg.PN						
01.03.03 - Obrigações diversas						
LEH Float 11/09	479		-478.81			
LBI Conv 30/11/2035						
Sub-Total:	479	0.00	-478.81	0.00	0.00	0.00
01.03.04 - Ações						
LBI SHS						
Sub-Total:	0	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00
01.03.05 - Ups / ações de OIC que não OII						
Montepio Tesouraria	1 837 990	98 074.85		1 936 064.66		1 936 064.66
Montepio Obrigações	1 243 401	73 827.38		1 317 228.42		1 317 228.42
Montepio Taxa Fixa	115 531	2 202.82		117 734.01		117 734.01
Montep. EUA Classe B	100 299	46 427.49		146 726.98		146 726.98
Montepio Ac. Europa	234 281	61 420.35		295 701.38		295 701.38
Multi Gestão Emergent	26 635	3 469.66		30 104.17		30 104.17
HSBC GBLInvEuropeVL€	247 209	47 648.95		294 858.14		294 858.14
BGF European A2	130 436	27 193.05		157 629.15		157 629.15
HSBC ES US Eq AD \$	116 896	34 599.89		151 496.37		151 496.37
Mellon Global Bond €	138 375		-10 723.63	127 651.46		127 651.46
Fidelity Sustainab ¥	14 168	15 663.35		29 831.61		29 831.61
HSBC GL Emerg Mkts \$	5 759	2 716.93		8 476.41		8 476.41
BGF Emerg Mkts A2\$	18 908	262.54		19 170.98		19 170.98
MS Emerg Mkts \$	19 431	3 568.51		22 999.80		22 999.80
Fidelity Emerg Mkt \$	10 184	7 722.63		17 906.43		17 906.43
BGF US FLEXIBLE A2H	116 051	35 455.63		151 506.70		151 506.70
MS US ADVANT ZH	62 034	40 463.70		102 498.00		102 498.00
Schroder Intl € SHT	25 840	2 539.25		28 379.12		28 379.12
A Transportar	5 613 639	584 170.36	-11 202.44	6 186 606.85	0.00	6 186 606.85

INVENTÁRIO DA CARTEIRA

em 30 de junho de 2025

Montepio Multi Gestão Prudente - FF

(Valores em EURO)

Descrição dos Títulos	Preço de aquisição	Mais valias	menos valias	Valor da carteira	Juros corridos	SOMA
SCHRODR INT€GVBD-CAC	106 253	546.43		106 799.15		106 799.15
SCHR ITL US SM&MC\$	119 443	12 398.30		131 841.42		131 841.42
HSBC EuroCredit BDAC	268 536	25 303.05		293 838.74		293 838.74
BGF GL HI Y BOND A2H	24 618	6 220.50		30 838.50		30 838.50
MS INV FS MAT EUR ZE	59 920	5 994.00		65 914.02		65 914.02
Fidelity EUR LG Y AC	198 416	72 870.97		271 286.84		271 286.84
ALLIANZ FLT NOTPLSWT	1 448 617	136 180.76		1 584 797.76		1 584 797.76
FRANK TEMP ELND IACC	213 764	108 439.77		322 203.42		322 203.42
BNY M G SH DUR HY-EH	13 534	2 263.93		15 798.38		15 798.38
PICTET EUR SHTRM HYI	13 705	1 776.12		15 481.44		15 481.44
PICTET-G EM DEBT-HIE	13 062		-671.85	12 390.30		12 390.30
FRANK TMP EMMKT AC €	30 647	1 048.86		31 696.01		31 696.01
DEUT FLT RATE NTS-IC	1 543 464	171 024.63		1 714 488.67		1 714 488.67
PICTET-SHTREMCRPBHDHI	34 549	2 027.40		36 576.04		36 576.04
Schroder US LGCAP EH	105 337	49 862.30		155 198.85		155 198.85
HSBC GL EMKT BD-ICH	47 371		-4 506.87	42 864.26		42 864.26
MORGAN ST€ C DHDG FD	379 344	77 777.17		457 120.71		457 120.71
AMUNDI-EQ EM FCS-AEC	22 063		-1 145.34	20 917.26		20 917.26
PICTET € CORP BNDS I	227 247	27 625.03		254 871.76		254 871.76
PICTET-EMERG MKT-HIE	38 695		-1 960.74	36 734.37		36 734.37
PICTET-JPEQSELCT-HIE	15 099	20 936.52		36 036.00		36 036.00
AMUNDI-€ EQ CON-IE-C	203 276	59 715.07		262 990.86		262 990.86
PICTET-USA INDEX-HIE	64 009	21 211.34		85 220.10		85 220.10
FIDELITY S&P500INDXH	64 690	21 062.42		85 752.90		85 752.90
ALLIANZ €P E GRWTH-A	166 102	11 588.49		177 690.87		177 690.87
MSIF-INVFND EUROPO€	121 694	27 162.05		148 856.50		148 856.50
JPMORGAN F USVAL-IH€	115 697	24 208.45		139 905.48		139 905.48
DWS INV-SHTDU INCLCE	55 090	5 315.89		60 405.54		60 405.54
Amundi Funds EUR EQ	153 809	52 767.83		206 577.08		206 577.08
BlackRock GLOB F Eur	146 576	59 047.79		205 624.04		205 624.04
BlackRock GlbF-Japan	10 448	7 875.00		18 322.50		18 322.50
BGF-US Basic VAL-D2	38 477	9 284.46		47 761.04		47 761.04
MORGST STB GlbHigh Y	29 354	1 406.15		30 759.70		30 759.70
Schroder ISFEmergMar	12 405	1 736.40		14 141.63		14 141.63
Sub-Total:	10 568 740	1 527 934.04	-19 008.43	12 077 665.95	0.00	12 077 665.95
Total	11 718 949	1 608 847.43	-19 487.25	13 308 309.00	0.00	13 308 309.00

Nota 3 - Quadro 2

O movimento ocorrido nas rubricas de disponibilidades no período de seis meses findo em 30 de junho de 2025 foi o seguinte:

CONTAS	SALDO 31-12-2024	AUMENTOS	REDUÇÕES	(Valores em €)	
				SALDO 30-06-2025	
Caixa					
Depósitos à ordem	323 780,20	1 877 614,61	1 119 523,72	1 081 871,09	
Depósitos a prazo e com pré-aviso					
Certificados de depósito					
Outras contas de disponibilidades					
Total	323 780,20	1 877 614,61	1 119 523,72	1 081 871,09	

Nota 4 – Bases de apresentação e principais políticas contabilísticas

1. Valorização dos ativos

1.1. Momento de referência da valorização

O valor da unidade de participação é calculado diariamente nos dias úteis e determina-se pela divisão do valor líquido global do Fundo pelo número de unidades de participação em circulação. O valor líquido global do Fundo é apurado deduzindo à soma dos valores que o integram o montante de comissões e encargos até ao momento da valorização da carteira.

O momento do dia relevante para efeitos da valorização dos ativos que integram o património do Fundo será as 17 horas de Lisboa.

O momento do dia relevante para a determinação da composição da carteira, será o mesmo do parágrafo anterior, tendo em conta todas as transações efetuadas até esse momento.

Na aferição dos pressupostos e elementos utilizados na valorização dos ativos não cotados será utilizado como período de referência o horário de funcionamento da Euronext Lisboa no dia da valorização.

1.2. Regras de valorimetria e cálculo do valor da UP

1.2.1. Ações

O critério adotado para a valorização de ações (incluindo direitos suscetíveis de negociação) admitidas à cotação ou negociação num mercado regulamentado ou especializado é a utilização do preço de fecho do respetivo mercado ou a cotação disponível à hora de referência.

O critério adotado para a valorização de ações não cotadas (incluindo direitos suscetíveis de negociação) será, por ordem de prioridade:

- utilização do preço de fecho de mercado de ações idênticas (mesmo emitente e com os mesmos direitos e características), ajustado nos casos em que os direitos que conferem sejam diferentes (dividendo diferente no ano corrente, por exemplo) por dedução da diferença do dividendo, ou, caso não existam ações idênticas;
- utilização de modelos de avaliação universalmente aceites e utilizados, baseados na análise fundamental e assentes na metodologia dos fluxos de caixa descontados (utilização do *consensus* de estimativas do *cash flow* para os próximos dois anos e de uma estimativa para o valor residual, descontado a uma taxa que inclua o prémio de risco da empresa), ou com base em múltiplos de mercado (múltiplo de resultados, múltiplo de *cash flow*, *dividend yield*, *price to book value*, etc.) de empresas comparáveis.

1.2.2. Obrigações

O critério adotado para a valorização de obrigações admitidas à cotação ou negociação num mercado regulamentado ou especializado, exceto na situação descrita no parágrafo seguinte, é a utilização do preço de fecho do respetivo mercado ou a cotação disponível à hora de referência.

Na falta de condições de transparência, fiabilidade e liquidez que assegurem uma valorização adequada dos ativos cotados, o critério de valorização adotado será idêntico ao das obrigações não cotadas, conforme descrito abaixo.

O critério adotado para a valorização de obrigações não cotadas será:

- utilização de ofertas de compra difundidas para o mercado através de meios de difusão de informação financeira, preferencialmente através da Bloomberg. Prioritariamente são utilizadas as ofertas das Instituições Financeiras que funcionam como *market makers* para este tipo de ativos, podendo recorrer-se também à utilização do Bloomberg *Generic*.
- em caso de inexistência ou dificuldade de obtenção daquelas, recorrer-se-á a modelos de avaliação, ponderando nomeadamente os seguintes fatores:
 - *spreads* de emissões comparáveis nomeadamente no que respeita à qualidade creditícia do emitente, ao sector económico, à maturidade e à estrutura da emissão;
 - *spreads* históricos, com ajustamentos justificados por alterações na qualidade creditícia do emitente ou alargamento geral dos *spreads* de crédito;
 - Liquidez da emissão, tendo em conta nomeadamente a moeda denominadora da emissão, o montante emitido, o grau de reconhecimento do emitente e a estrutura da emissão;

- Curva de taxas de juro para atualização dos *cash flows*. No caso de obrigações de taxa variável é utilizada a *discount margin* (a margem sobre o indexante base da emissão que iguala o valor presente dos *cash flows* futuros ao investimento – preço mais juros decorridos).

1.2.3. Instrumentos financeiros derivados

O critério adotado para a valorização de instrumentos financeiros derivados admitidos à cotação ou negociação num mercado regulamentado ou especializado é a utilização do preço de referência, sempre que este seja divulgado pela entidade gestora do mercado ou, caso não o seja, o preço de fecho ou a cotação disponível à hora de referência.

O critério adotado para a valorização de instrumentos financeiros derivados não cotados será, para os *swaps* cambiais, utilizado como método de avaliação o modelo dos *cash flows* descontados, ponderando o diferencial da estrutura das curvas de taxas de juro das duas moedas ajustadas, por interpolação linear, às características da operação contratada.

A avaliação será feita de acordo com a informação obtida na Bloomberg (a fonte das curvas de taxas de juro é Bloomberg *standard -multiple sources*).

2. Comissões e encargos a suportar pelo Fundo

2.1. Comissão de gestão

Pelos serviços prestados pela Sociedade Gestora, ao Fundo será imputado diariamente uma comissão de gestão de 1,15% anual, calculada sobre o valor global do Fundo, a qual lhe será cobrada mensalmente.

A comissão de gestão será parcialmente destinada à remuneração dos serviços prestados pela entidade comercializadora, sendo parte integrante da comissão de gestão, a comissão cobrada anualmente é de 0.650%, calculada diariamente e cobrada mensalmente.

2.2. Comissão de depósito

Pelo exercício das suas funções de depositário, a entidade depositária terá direito a uma comissão de depósito de 0,05% anual, calculada sobre o valor global do Fundo, sendo-lhe imputado diariamente e cobrado mensalmente.

2.3. Outros encargos

As despesas relativas à compra e venda de valores por conta do Fundo constituem encargos deste (designadamente comissões de corretagem, taxas de bolsa e outros encargos legais e fiscais).

É devida à CMVM uma taxa de supervisão imputada diariamente ao Fundo e cobrada mensalmente.

As despesas com auditorias externas e revisores oficiais de contas, exigidas pela lei em vigor, constituem também encargos do Fundo.

É devido, trimestralmente, Imposto do Selo sobre o ativo líquido global do Fundo.

3. Política de rendimentos

O Fundo é um Fundo de capitalização, isto é, não distribui rendimentos, sendo os mesmos incorporados no valor da unidade de participação.

Nota 11 – Exposição ao Risco Cambial

Em 30 de junho de 2025, o Fundo detinha as seguintes posições em moeda estrangeira:

Moeda	Posição à vista	Futuros	Posição a prazo Forwards	Swaps	Opções	Total a prazo	Posição Global
JPY Iene Japonês	5 046 613,84						5 046 613,84
USD Dólar americano	428 990,73						428 990,73
Contravalor em Euros	395 864,65						395 864,65

Nota 15 – Diversos custos imputados ao Fundo no 1º semestre de 2025

Os diversos custos imputados ao Fundo em 30 de junho de 2025 são os seguintes:

Custos imputados ao Fundo em 30-06-2025	Valor (em Euros)	Percentagem de VLGF (1)
Comissão de Gestão	84 617,16	0,59%
Componente Fixa	84 617,16	0,59%
Componente Variável	0,00	0,00%
Comissão de Depósito	3 678,99	0,03%
Taxa de supervisão	1 177,48	0,01%
Custos de auditoria	1 712,54	0,01%
Imposto do selo aplicável ao Fundo	784,60	0,01%
Outros encargos	320,23	0,00%
Total	92 291,00	0,65%
TEC médio outros OIC's (2)		0,45%
Taxa Encargos Correntes(TEC)		1,10%

(1) Média relativa ao período de referência.

(2) Valor provisório, sujeito a alteração

Nota 17 – OUTRA INFORMAÇÃO RELEVANTE DO OIC

O primeiro semestre de 2025 foi marcado pelo deflagrar da guerra comercial global espoletada pelo Presidente dos EUA, que numa primeira fase veio provocar uma redução das perspetivas de crescimento global e o agravamento das expectativas de inflação (designadamente nos EUA), mas que, à medida que foram sendo anunciados acordos comerciais envolvendo tarifas menos elevadas, começaram a tornar-se menos desfavoráveis, com as economias a acabarem, por revelar uma resiliência da atividade superior à anteriormente antecipada.

A Montepio Gestão de Activos, na qualidade de sociedade gestora do Fundo, continuará a acompanhar de perto a evolução das situações indicadas, atuando, sempre que necessário, em ordem a assegurar a continuidade e saúde financeira do Fundo.

O Conselho de Administração da Sociedade Gestora entende que as atuais circunstâncias, não põem em causa a continuidade das operações do Fundo.

Dado cumprimento ao exigido do n.º 1 do art.º 93 do RGA, apresenta-se de seguida o montante de remuneração em 30 de junho de 2025 suportadas pela Montepio Gestão de Activos:

Tipo de remuneração	30-06-2025
Orgãos de Gestão	245 427,24 €
Conselho Fiscal	24 000,00 €
Colaboradores	785 740,06 €
Nº de colaboradores	32

Nota: informação respeitante ao quadro de Colaboradores da Montepio Gestão de Activos.

Lisboa, 21 de agosto de 2025

4. RELATÓRIO DE AUDITORIA

RELATÓRIO DE AUDITORIA

RELATO SOBRE A AUDITORIA DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Opinião

Auditámos as demonstrações financeiras anexas do **Montepio Multi Gestão Prudente - Fundo de Investimento Mobiliário Aberto** (o “OIC”), gerido pela Montepio Gestão de Activos - Sociedade Gestora de Organismos de Investimento Coletivo, SA (a “Entidade Gestora”), que compreendem o balanço em 30 de junho de 2025 (que evidencia um total de 14 392 572 euros e um total de capital do OIC de 14 353 285 euros, incluindo um resultado líquido de 263 615 euros), a demonstração de resultados, e a demonstração de fluxos de caixa relativas ao período de seis meses findo naquela data, e as divulgações às demonstrações financeiras que incluem um resumo das políticas contabilísticas significativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras anexas apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspetos materiais, a posição financeira do **Montepio Multi Gestão Prudente - Fundo de Investimento Mobiliário Aberto** em 30 de junho de 2025 e o seu desempenho financeiro e fluxos de caixa relativos ao período de seis meses findo naquela data de acordo com os princípios contabilísticos geralmente aceites em Portugal para os fundos de investimento mobiliário.

Bases para a opinião

A nossa auditoria foi efetuada de acordo com as Normas Internacionais de Auditoria (ISA) e demais normas e orientações técnicas e éticas da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas. As nossas responsabilidades nos termos dessas normas estão descritas na secção “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras” abaixo. Somos independentes do OIC nos termos da lei e cumprimos os demais requisitos éticos nos termos do código de ética da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas.

Estamos convictos que a prova de auditoria que obtivemos é suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião.

Responsabilidades do órgão de gestão e do órgão de fiscalização pelas demonstrações financeiras

O órgão de gestão da Entidade Gestora é responsável pela:

- (i) preparação de demonstrações financeiras que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira, o desempenho financeiro e os fluxos de caixa do OIC de acordo com os princípios contabilísticos geralmente aceites em Portugal para os fundos de investimento mobiliário;
- (ii) elaboração do relatório de gestão nos termos legais e regulamentares aplicáveis;

- (iii) criação e manutenção de um sistema de controlo interno apropriado para permitir a preparação de demonstrações financeiras isentas de distorções materiais devido a fraude ou a erro;
- (iv) adoção de políticas e critérios contabilísticos adequados nas circunstâncias; e
- (v) avaliação da capacidade do OIC de se manter em continuidade, divulgando, quando aplicável, as matérias que possam suscitar dúvidas significativas sobre a continuidade das atividades.

O órgão de fiscalização da Entidade Gestora é responsável pela supervisão do processo de preparação e divulgação da informação financeira do OIC.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

A nossa responsabilidade consiste em obter segurança razoável sobre se as demonstrações financeiras como um todo estão isentas de distorções materiais devido a fraude ou a erro, e emitir um relatório onde conste a nossa opinião. Segurança razoável é um nível elevado de segurança, mas não é uma garantia de que uma auditoria executada de acordo com as ISA detetará sempre uma distorção material quando exista. As distorções podem ter origem em fraude ou erro e são consideradas materiais se, isoladas ou conjuntamente, se possa razoavelmente esperar que influenciem decisões económicas dos utilizadores tomadas com base nessas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria de acordo com as ISA, fazemos julgamentos profissionais e mantemos ceticismo profissional durante a auditoria e também:

- (i) identificamos e avaliamos os riscos de distorção material das demonstrações financeiras, devido a fraude ou a erro, concebemos e executamos procedimentos de auditoria que respondam a esses riscos, e obtemos prova de auditoria que seja suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião. O risco de não detetar uma distorção material devido a fraude é maior do que o risco de não detetar uma distorção material devido a erro, dado que a fraude pode envolver conluio, falsificação, omissões intencionais, falsas declarações ou sobreposição ao controlo interno;
- (ii) obtemos uma compreensão do controlo interno relevante para a auditoria com o objetivo de conceber procedimentos de auditoria que sejam apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia do controlo interno da Entidade Gestora do OIC;
- (iii) avaliamos a adequação das políticas contabilísticas usadas e a razoabilidade das estimativas contabilísticas e respetivas divulgações feitas pelo órgão de gestão da Entidade Gestora do OIC;
- (iv) concluímos sobre a apropriação do uso, pelo órgão de gestão da Entidade Gestora do OIC, do pressuposto da continuidade e, com base na prova de auditoria obtida, se existe qualquer incerteza material relacionada com acontecimentos ou condições que possam suscitar dúvidas significativas sobre a capacidade do OIC para dar continuidade às suas atividades. Se concluirmos que existe uma incerteza material, devemos chamar a atenção no nosso relatório para as divulgações relacionadas incluídas nas demonstrações financeiras ou, caso essas divulgações não sejam adequadas, modificar a nossa opinião. As nossas conclusões são baseadas na prova de auditoria obtida até à data do nosso

- relatório. Porém, acontecimentos ou condições futuras podem levar a que o OIC descontinue as suas atividades;
- (v) avaliamos a apresentação, estrutura e conteúdo global das demonstrações financeiras, incluindo as divulgações, e se essas demonstrações financeiras representam as transações e os acontecimentos subjacentes de forma a atingir uma apresentação apropriada; e
- (vi) comunicamos com os encarregados da governação da Entidade Gestora do OIC, incluindo o órgão de fiscalização da Entidade Gestora, entre outros assuntos, o âmbito e o calendário planeado da auditoria, e as conclusões significativas da auditoria incluindo qualquer deficiência significativa de controlo interno identificada durante a auditoria.

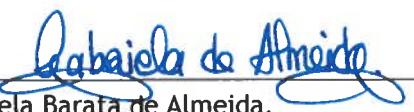
A nossa responsabilidade inclui ainda a verificação da concordância da informação constante do relatório de gestão com as demonstrações financeiras.

RELATO SOBRE OUTROS REQUISITOS LEGAIS E REGULAMENTARES

Sobre o relatório de gestão

Em nossa opinião, o relatório de gestão foi preparado de acordo com os requisitos legais e regulamentares aplicáveis em vigor e a informação nele constante é coerente com as demonstrações financeiras auditadas e, tendo em conta o conhecimento e a apreciação sobre o OIC, não identificámos incorreções materiais.

Lisboa, 28 de agosto de 2025


Ana Gabriela Barata de Almeida,
(ROC nº 1366, inscrita na CMVM sob o nº 20160976)
em representação de BDO & Associados - SROC